

Um balanço sobre a identidade cultural da ilha do Príncipe no cinquentenário da independência nacional¹

An assessment of the cultural identity of Príncipe Island
on the fiftieth anniversary of national independence

ANA FILIPA TELES²

ROSA MARIA SEQUEIRA³

Resumo: Este estudo apresenta uma reflexão sobre as principais manifestações culturais da ilha do Príncipe e a sua significação na construção do processo identitário principense. Foram aplicados inquéritos a docentes, alunos de anos terminais e dirigentes educativos sobre o papel do ensino das Humanidades e de um determinado *corpus* literário na construção da identidade cultural. A investigação demonstrou que os principenses validam positivamente um *corpus* literário orientado para temáticas relacionadas com o passado anterior à independência e desejam aprofundar conteúdos com maior relevância para a cultura regional contemporânea, reconhecendo que a literatura desempenha um papel determinante na criação da identidade cultural.

Palavras-chaves: Cultura; Identidade; Literatura; Colonialismo.

Abstract: This study presents a reflection on the main cultural manifestations on the island of Príncipe and their significance in the construction of Príncipe's identity process. Surveys were carried out with teachers, final year students, and educational leaders on the role of Humanities teaching and a particular literary *corpus* in the construction of cultural identity. The research strongly suggested that the people of Príncipe positively validate a literary *corpus* oriented towards themes related to the past prior to independence and wish to deepen content with greater relevance to contemporary regional culture, recognizing that literature plays a decisive role in the creation of cultural identity.

Keywords: Culture; Identity; Literature; Colonialism.

¹ Este artigo resultou duma investigação de doutoramento em Relações Interculturais apresentada à Universidade Aberta com o título *Vozes educacionais e culturais da ilha do Príncipe: Uma reflexão sobre identidade(s)*. (cf. Teles, 2024). Esta tese de doutoramento aborda o tema da identidade cultural da ilha do Príncipe, no arquipélago de São Tomé e Príncipe, e problematiza o papel da literatura, em especial o *corpus* ensinado nos programas escolares, na formação da identidade, reflexão que assume particular relevo em 2025, no ano em que São Tomé e Príncipe celebra 50 anos de independência, alcançada em 1975, e a ilha do Príncipe 30 anos de estatuto de região autónoma.

² Instituto da Defesa Nacional, Portugal. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-3593-8157>.

³ Centro de Estudos Globais, Universidade Aberta, Portugal. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-7501-8780>.

1. Introdução

A ilha do Príncipe é a segunda ilha mais importante do arquipélago de São Tomé e Príncipe. Fontes históricas consideram que a ilha terá sido descoberta no dia 17 de janeiro de 1471. Desde então, até à independência em 1975, a ilha esteve sob jurisdição portuguesa. A partir de 1995, tornou-se uma região autónoma. Consideram-se, pois, como momentos-chave da história deste território: i) 1471, data da descoberta da ilha; ii) 1975, data da independência nacional; iii) 1995, data da criação da região autónoma do Príncipe. Mais recentemente, em 2012, foi classificada como Reserva Mundial da Biosfera da UNESCO.

A meio do oceano Atlântico, no golfo da Guiné, em frente ao Gabão, entre o norte e o sul em sentido geográfico e cultural, a ilha do Príncipe assume particular interesse para uma reflexão sobre práticas culturais, sociais e educativas. A sua situação geográfica, na costa ocidental de África, deu azo a que a ilha se encontrasse numa encruzilhada de tradições africanas, europeias e sul-americanas (Brasil). A cultura musical, a dança e a gastronomia caracterizam-se por uma mistura única de influências africanas e europeias. Socialmente, a ilha do Príncipe é uma comunidade pequena, na qual os valores e os costumes tradicionais são tidos em grande conta até recentemente. Os eventos sociais e as celebrações têm desempenhado um papel relevante na manutenção das tradições culturais e, desta forma,

contribuído para a coesão social e o sentido de pertença.

Ainda que sejam de nacionalidade santomense e participem de uma mesma identidade insular, os principenses consideram-se diferentes do resto do país, São Tomé e Príncipe, o que os levou a requerer o estatuto de autonomia. Esta diferença reside, por exemplo, na língua falada, o *lung'ie*, na cultura gastronómica e em práticas culturais cíclicas como o teatro de rua *Auto de Floripes*, no dia 15 de agosto.

A vontade de assumir as diferenças identitárias por parte da população do Príncipe é manifesta, conforme se depreende das palavras de um autóctone da ilha, com funções de docência, inquirido nesta investigação:

Há uma coisa, há uma diferença entre a cultura do Príncipe e a cultura de São Tomé. A língua é uma diferença, nós também temos a língua da culinária, é uma diferença, e a maneira de ser e de sentir também é diferente de São Tomé. Se fosse tudo igual, não havia autonomia. Então com essa diferença definiu [sic] a autonomia do Príncipe. Mas era bom também que se falasse sobre a nossa culinária, sobre a nossa maneira de ser e de sentir. [...] como é que as pessoas pensam, eu acho que isso fizesse deveria fazer parte do programa do Príncipe, para puxar pela identidade das pessoas. (Docente)

Foram estas idiossincrasias do Príncipe, reconhecidas pelos próprios principenses, que suscitaram o interesse em aprofundar os aspetos

que compõem a identidade cultural da ilha, o significado atribuído ao facto de se ser *principense* e o papel do ensino das Humanidades e de um *corpus* literário em particular na construção da identidade cultural.

A investigação que decorreu durante o período de 30 meses de permanência na ilha permitiu a imersão no contexto social e educativo e facilitou a recolha de dados de natureza qualitativa, através da observação participante, conversa com os ilhéus e observação das suas vivências e integração na vida da comunidade.

No que se prende com a pesquisa etnográfica, recorreu-se, pois, a uma abordagem tradicional da etnografia, através da observação participante *in situ*, da entrevista e do inquérito aos ilhéus principenses e a novas abordagens do gesto etnográfico, como, por exemplo, a investigação de práticas em linha.

Do ponto de vista da pesquisa qualitativa, foi seleccionada uma amostra de agentes educativos e culturais, considerados representativos e de valor para a investigação, num total de 20 participantes, com predomínio de entrevistados ligados ao sector educativo. Os participantes, informados de que se tratava de uma investigação em Ciências Sociais destinada a estudar a formação da identidade da ilha do Príncipe, foram convidados a exprimir as suas opiniões sobre o passado, presente e futuro da cultura do Príncipe e sobre a eventual importância do ensino das Humanidades para a de-

finição da identidade cultural principense. As entrevistas foram realizadas presencialmente, após o consentimento informado do *focus group* a entrevistar.

Quanto aos dados quantitativos, foram aplicados 100 questionários a cidadãos principenses adultos inscritos no ano terminal do Ensino Secundário, o 12.º ano. Os trabalhos de recolha de dados por meio de investigação por questionário tiveram início pela inquirição de indivíduos inscritos no 12.º ano, na sequência do consentimento informado dos participantes. Após os trabalhos de inquirição, os dados foram tratados estatisticamente.

Como é próprio das identidades culturais, sempre dinâmicas, sempre em construção e reconstrução, a identidade cultural da ilha também se refaz a cada ano que passa, mas subsiste neste dinamismo o mosaico cultural e étnico que a enformou desde a sua origem, com elementos da cultura do Benim, Gabão, Angola, Cabo Verde, Moçambique e Portugal. Na contemporaneidade, especialmente nos séculos xx e xxi, a exposição à cultura globalizada, através da internet, começa a fazer-se sentir fortemente na cultura da ilha, que poderá estar sujeita a uma acelerada descaracterização cultural, como, de resto, acontece um pouco por todo o mundo. Para Jullien (2016), preservar a cultura, atualmente, é tão premente como preservar a natureza.

2. Hábitos culturais

Este contacto direto com a população escolar durante um período de 30 meses faz concluir que os hábitos de leitura na ilha são pouco expressivos e os documentos escritos (livros e imprensa) à venda no Príncipe não abundam. Para muitos alunos que frequentam a Escola Secundária os únicos textos literários com que contactam são aqueles que fazem parte dos programas escolares. Neste contexto, estes programas adquirem especial relevância, pois com eles fica encerrada a sua educação literária. A análise do conteúdo literário programático do 2.º ciclo do Ensino Secundário do sistema de ensino santomense (10.^a, 11.^a e 12.^a classes, correspondentes ao 10.º, 11.º e 12.º anos do sistema de ensino português) pode fazer pensar em que medida este conteúdo influencia ou não a pertença regional.

A literatura permite fomentar a consciência relativamente a questões de justiça social e concorre para que se questionem as narrativas dominantes sobre determinados temas e visões da história. Sobre a contribuição da literatura para esta consciência, diz-nos uma docente de língua portuguesa do Ensino Secundário santomense:

Claro que sim, contribui mesmo muito. Desde a 7.^a classe, já há obras de autores nacionais que os alunos vêm estudando. Já no 12.º ano é mais visível, onde está lá [sic] a obra de Maria Manuela Margarido e Alda do Espírito Santo, dando uma visão destas senhoras que usaram

a literatura como uma arma bem forte para a libertação de São Tomé e Príncipe. Por isso, eu acho que o programa de língua portuguesa, nesse aspeto, satisfaz muito bem a identidade regional. (Docente)

No programa de Língua Portuguesa do 11.º ano de escolaridade, por exemplo, consta o texto do *Tchiloli ou a Tragédia do Marquês de Mântua e do Imperador Carolus Magno*, texto baseado na obra do dramaturgo português Baltazar Dias. Contudo, o *Auto de Floripes*, representado no Príncipe, não consta do currículo de Língua Portuguesa, para grande consternação dos principenses. Esta identificação com o *Auto de Floripes* leva a pensar que esta obra em particular assume uma especial importância na identidade cultural do Príncipe.

A pesquisa realizada em 2022 fez concluir que a manifestação cultural mais marcante para os participantes foi o *Auto de Floripes*, encenado no mês de agosto na cidade de Santo António do Príncipe. Para os ilhéus, esta é a tradição com o valor identitário mais forte e que os distingue dos habitantes de São Tomé, onde se representa o *Tchiloli*. A relevância do *Auto de Floripes* para o processo identitário já se encontra, de resto, no Lugar das Neves, no Minho. Com efeito, tal como os minhotos desta aldeia do Alto Minho, onde existe um Núcleo Promotor do Auto da Floripes – 5 de agosto, também os principenses preparam esta festa durante o ano. Originalmente criada em honra de Nossa Senhora das Neves, a representação

do auto é preparada por meio de ensaios, criação das indumentárias (que simbolizam os cristãos, com roupas azuis, e os mouros, com roupas encarnadas) e construção do cenário. Sobre a introdução deste auto na ilha do Príncipe, todavia, subsistem muitas incertezas. A hipótese de esta prática ter sido introduzida no Príncipe antes do segundo ciclo de colonização, no século XIX, é pouco viável. Provavelmente, o *Auto de Floripes* foi levado para a ilha do Príncipe por um ou mais colonos minhotos numa fase tardia da colonização, nomeadamente no século XIX ou XX, posição defendida por Azinhal Abelho, que aprofundou estudos sobre o teatro popular em Portugal e que afirma ser desconhecida a data da introdução do *Auto de Floripes* na ilha. Independentemente da sua introdução na ilha do Príncipe, esta prática cultural é atualmente considerada a mais importante manifestação cultural para os principenses. Para estes, deveria inclusivamente constar dos programas de Língua Portuguesa. Os resultados da pesquisa demonstram que os principenses consideram que a cultura da sua ilha não se encontra suficientemente representada nos programas lecionados na escola, como refere um docente inquirido:

Para São Tomé o *Tchiloli* está bem representado. Mas já no Príncipe, não. Não está bem representado. Maria Manuela Margarido já é do 12.º ano. [...] é uma questão que está sendo questionada pelos alunos e pelos habitantes do Príncipe que têm conhecimento disto,

porque o *Auto de Floripes* também devia estar dentro do programa de língua portuguesa a nível nacional. (Docente)

Embora não exista uma identidade cultural definitiva e estável, muitos autores defendem a resistência face à depauperação e ao «achamento» generalizado da cultura através da uniformização mundial e comercial (cf., por exemplo, Jullien, 2016). A preferência pelo *Auto de Floripes* parece fazer parte deste movimento que procura reabilitar uma herança transmitida de geração em geração e que liga a comunidade ao seu passado, sem que a dimensão de «fecundidade» (Jullien, 2016), isto é, a cultura projetada em direção ao futuro, fique comprometida.

3. Reflexões em torno da questão identitária

Os estudos sobre identidade são extensos e abrangem diversos ramos do saber. A sua importância é indiscutível e está atualmente na agenda das políticas públicas, já que tem uma profunda influência sobre como a realidade é percecionada, com quem as pessoas se afiliam e de quem se afastam, porquê e como veem o mundo e até que ponto estão dispostas a envolver-se com pessoas que são diferentes delas próprias. Não só o conceito de identidade é complexo como o próprio processo identitário é dinâmico: «A identidade constrói-se, desconstrói-se e reconstrói-se segundo as situações. Está em movimento incessante; cada

transformação social leva-a a reformular-se de maneira diferente» (Cuche, 1999: 137).

A reflexão em torno do processo identitário santomense e principense tem sido objeto de estudo de académicos santomenses, com especial destaque para Inocência Mata (2010), cuja obra realça justamente a «polifonia» da expressão cultural deste arquipélago equatorial.

Em São Tomé e Príncipe, a língua portuguesa é cada vez mais o principal código linguístico e, na ilha do Príncipe, o crescimento da população descendente de cabo-verdianos, orgulhosos da sua ascendência, tem tornado o crioulo cabo-verdiano a língua maioritária no território. Esta situação coloca desafios ao processo identitário das duas ilhas. Como recurso identitário alternativo, salientam-se os teatros de rua ligados ao ciclo carolíngio, que terão sido levados para os dois territórios por colonos portugueses. É o caso do texto típico da ilha de São Tomé, o *Tchiloli* ou *A tragédia do marquês de Mântua e do imperador Carolo Magno*, com base no texto do dramaturgo madeirense do século XVI, Baltazar Dias, e o *Auto de Floripes*, típico da ilha do Príncipe. O *Tchiloli* representa-se especialmente durante a gravana (estação seca) e o *Auto de Floripes* representa-se no dia 15 de agosto, durante as festividades locais em honra de S. Lourenço. Segundo as respostas obtidas nos inquéritos, o *Auto de Floripes*, que coloca em confronto mouros e cristãos, desempenha um papel relevante como forma de união. Em agosto,

durante a sua representação, todos os ilhéus procuram estar presentes. É também uma ocasião em que acorrem à ilha muitas pessoas de fora para assistirem a esta representação. Conforme as respostas obtidas, na ilha do Príncipe, esta peça fundiu-se com a cultura africana, surgindo uma forma híbrida com elementos europeus e africanos, cuja sonoridade é executada com instrumentos como o tambor e a corneta. Um entrevistado referiu que África tem muita energia, muita vida e esses aspetos estão patentes na representação do *Auto de Floripes*, cuja interrupção durante o confinamento da pandemia da Covid-19 foi sentida com grande pesar. A vitalidade da representação da peça, com o som do batuque e os pares das duas partes, mouros e cristãos, foi também ressaltada por um dos docentes entrevistados: «algo que vemos sempre, mas não nos cansamos de ver»:

São vários os fatores que concorrem para esta visibilidade: as cores, a ação, a história, a indumentária das personagens. A história do imperador Carlos Magno retratada, a forma como se desenrola a festa no palco de rua atrai muitos visitantes [...]. (Docente)

Para os principenses o *Auto de Floripes* tem qualquer coisa de mágico, que ativa a sua alegria:

O som dos tambores, apitos, cornetas e equipamentos utilizados tornam esta manifestação cultural muito visível. Provoca curiosidade nas pessoas. O confronto entre mouros

e cristãos, cruzamento do escudo e da espada, há curiosidade neste confronto, nesta disputa, entre Carlos Magno e Bailão. (Docente e agente cultural)

Estes depoimentos sobre a forma como os principenses consideram o *Auto de Floripes* remetem-nos para a importância da identidade cultural. Com efeito, na sua reflexão sobre identidade cultural, François Jullien (2016) considera que esta funciona como uma espécie de muralha que protege a nação de uma erosão cultural provocada pelos efeitos negativos da globalização.

O modo como se pensa a identidade cultural, também no caso da ilha do Príncipe, tem impacto na prática política e no discurso cultural e político. De facto, como Amartya Sen refere, «a cultura não é o único fator determinante das nossas vidas e identidades. Outros fatores, como a classe, a raça [sic], o género, a profissão ou a política também têm uma importância que pode ser fundamental» (Sem, 2007: 153). Um renovado enfoque, com a integração de novas formas de vida, uma aceitação da pluralidade de referências culturais dos diversos grupos que integram a sociedade e o apoio à promoção de formas diversificadas de expressão cultural poderão munir os santomenses e os principenses dos recursos necessários para dar resposta às mudanças e desafios culturais do mundo contemporâneo, nos quais os elementos económicos se conjugam com os elementos culturais.

4. Cultura e identidade no currículo escolar

Para o filósofo francês François Jullien (2016) a identidade cultural é um conjunto de recursos fecundos e dinâmicos, sem natureza estática ou perene, que geram sempre novas formas de cultura e podem ser acionados para unir os cidadãos em torno de algo comum. Uma das estratégias apontadas por este autor é justamente ler autores comuns e canónicos. Mas quem define o cânone? Quem seleciona o que se lê na escola? Por que razão alguns autores são escolhidos e outros são preteridos? Estas questões são colocadas por Trouillot (2015): Que história queremos contar? Que autores, que vozes escolhemos silenciar?

Com um estatuto de independência alcançado somente há meio século, o Príncipe está em busca de uma identidade. De resto, a reflexão sobre a identidade alcança atualmente grande relevância quer nas nações mais recentes, quer nas mais antigas, dado que as culturas estão expostas a uma cultura global dinâmica e intensa.

Como todas as identidades culturais, a identidade cultural do Príncipe também é dinâmica, também está em construção, também é frágil em virtude da exposição à cultura globalizada e ao contacto com turistas estrangeiros que acorrem ao território. Como todas as identidades culturais, também a identidade cultural principense está em construção e reconstrução. Caracteriza-se pela hibridização desde

a sua origem, já que a sociedade se constituiu recorrendo a diferentes indivíduos que, em diferentes períodos da história desta região, acorreram ao território. Mas, como todas as identidades na contemporaneidade, está igualmente sujeita a uma hibridização que lhe advém da fluidez das fronteiras provocada pela internet. O Príncipe tem uma identidade cultural que existe na sociedade e a nível institucional; esta identidade é real e difere da identidade santomense (ilha). Parte deste sentimento decorre da ligação a um território insular diferente. Como é próprio das culturas africanas, a cultura do Príncipe exprime a sua fecundidade primordialmente via formas imateriais, como a dança e a música, a gastronomia e festividades cíclicas, como o *Auto de Floripes*. Os resultados da pesquisa demonstraram que os participantes da investigação estão conscientes da cultura da ilha e percebem claramente que esta está a mudar e a «perder-se». Esta consciência de uma cultura em mutação, associada à sensação de perda e desvanecimento, está presente nos testemunhos dos participantes entrevistados. Para estes, a prática cultural mais relevante e expressiva é o *Auto de Floripes*. Do ponto de vista das práticas culturais, os participantes reconheceram o *Auto de Floripes* como a principal manifestação cultural da ilha e aquela que possivelmente sobreviverá à passagem dos anos e às mudanças culturais. Esta prática cultural é transversal a todas as camadas da população da ilha e é uma tradição que permite

aculturar os membros mais jovens, através da transmissão de práticas culturais associadas à sonoridade da ilha, na música, e à dança, com destaque para a dança *dêxa*. A dança e a música são transversais à sociedade, estando sempre presentes nas diversas situações do quotidiano, numa manifestação muito evidente da forte sociabilidade dos principenses. São elas que conferem um cunho africano ao medieval *Auto de Floripes*.

Este teatro de rua é reconhecidamente a prática cultural mais expressiva da ilha, é ela a que mais consegue aglutinar os ilhéus, criando um sentido de pertença e de identidade comuns. Não obstante as diferentes denominações religiosas, as diferentes línguas e ascendências, é em torno do *Auto de Floripes* que a população do Príncipe se une. É também uma prática cultural que simboliza justamente a hibridização cultural que caracteriza esta região autónoma.

No momento presente, a sociedade da ilha parece dar sinais de um crescendo em direção a uma sociedade mais inclusiva e igualitária, o que não foi constante ao longo da história do arquipélago. Até à independência, em 1975, prevaleceu um viés racial na forma de contar a história do arquipélago, com um predomínio da perspectiva dos colonos, o que nos recorda as palavras de Chimamanda Ngozi Adichie (2009) sobre os perigos de uma versão única da História.

Do ponto de vista do calendário das celebrações nacionais, à semelhança da simbologia do Massacre de Tulsa, nos Estados Unidos de América, para uma parte dos cidadãos norte-americanos, o Massacre de Batepá, em 1953, está gravado na memória da população santomense e é assinalado todos os anos no dia 3 de fevereiro, tanto em São Tomé como no Príncipe. É recordado através de factos históricos reais e, eventualmente, mitificados, assumindo esta data um crescente valor simbólico e identitário para a população. A centralidade do Massacre de Batepá como evento histórico e simbólico desta comunidade foi também referida por um entrevistado em resposta a uma questão da entrevista, incidindo na eventual importância de estudar a literatura relativa ao período colonial e à guerra de libertação nacional:

Sim, mas eu gostaria que mesmo [...] que houvesse um texto literário que falasse do Massacre de Batepá. Eu gostava que no programa houvesse um texto sobre isso. A Alda do Espírito Santo tem um texto sobre isso. Antigamente tínhamos de saber tudo sobre Portugal e Angola. Mas não sabíamos sobre São Tomé e Príncipe. Os alunos têm de saber o que aconteceu no passado. É importante que eles leiam os textos sobre o colonialismo. (Docente)

Os testemunhos dos entrevistados revelaram que, para os santomenses e principenses, é muito relevante abordar nas aulas questões relativas à história recente do país e a eventos

que contribuem para o sentido de pertença e de comunidade. Tanto os professores entrevistados como os alunos atribuem valor à reflexão sobre a história da ilha, seja no momento passado, seja quanto ao futuro, mas com um enfoque especial no conhecimento do passado da ilha e do continente africano. Esta questão é bastante relevante, porque os ilhéus têm consciência de que a cultura da ilha está ameaçada e a sofrer profundas alterações.

Para Trouillot (2015), há uma história que é transmitida fora do ensino formal da escola, que é passada às novas gerações nos sonhos e na poesia, uma história que vai além dos manuais de História: «Todos precisamos de histórias que nenhum livro de História pode contar [...]. Elas estão nas lições que aprendemos em casa, na poesia e nos jogos de infância, naquilo que resta da História quando fechamos os livros de História com os seus factos verificáveis» (Trouillot, 2015: 71).

5. Ensino da literatura e educação transformadora

Em termos de ensino formal, para além do ensino da História, o ensino da Literatura desempenha uma função relevante. A literatura desempenha um forte papel em termos educativos, não só porque tem o potencial de assegurar a representação de experiências, valores e perspetivas, mas também porque potencia a compreensão e a empatia entre diversos grupos (Sequeira, 2013). A escola,

enquanto área de governação complementar à cultura (Vargas, 2022), certamente que desempenha um papel relevante na formação da identidade. Os países adotam programas a nível nacional, cujo objetivo consiste em desenvolver competências e, simultaneamente, promover uma cultura comum a todos os cidadãos. Neste contexto, as obras literárias selecionadas são escolhidas com um determinado propósito e certamente concorrem para a génese da identidade cultural. Num mundo que se pretende de paz, até que ponto é urgente explorar conteúdos didáticos sobre a realidade da devastação e da guerra? Assim, um aspeto relevante é a importância da educação para a criação de uma cultura de paz e de segurança. A este respeito podemos citar a reflexão em torno da identidade nacional no *Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz* (2014: 14), onde esta surge como um fator fundamental para a construção partilhada da segurança, da defesa e da paz no mundo global e interdependente.

Assumindo-se, neste sentido, a consciência sobre o poder da literatura na transmissão de valores identitários e da promoção na coesão social, uma questão a considerar é a da identidade cultural que se pretende desenvolver nos principenses. As obras que atualmente constam dos programas escolares do Príncipe são lecionadas a nível nacional e concorrem para a promoção de uma cultura e identidade comuns, contribuindo para a coesão nacional em torno dessa cultura e desses valores co-

muns. Por esta razão, aumentar a consciência sobre o processo identitário possibilitará à ilha do Príncipe responder aos desafios que se lhe deparam no futuro e definir estratégias políticas consequentes, a par de uma afirmação regional e internacional. Nesta reflexão sobre o processo identitário na ilha, importa referir as teses da autora norte-americana Gloria Ladson-Billings, que desenvolveu estudos sobre aquilo que designou de «pedagogia culturalmente relevante» (*culturally relevant pedagogy*), eventualmente enquadrável na corrente de pensamento *woke*, em que a autora defende o poder da leitura para o empoderamento dos jovens leitores afroamericanos.

A literatura ajudou a configurar a identidade cultural da ilha do Príncipe e foi, nalguns casos, uma importante arma da luta contra o colonialismo. Autores nativos da ilha contribuíram fortemente com as suas obras para a configuração dessa identidade, como foi o caso de Marcelo da Veiga, autor de *O canto do Ossobó*, e de Maria Manuela Margarido, autora de *Alto como o silêncio*. Ambos, ainda que com distintas abordagens, marcaram a cultura do arquipélago com obras em que refletiram sobre questões políticas e culturais das duas ilhas.

São muitos os desafios colocados ao ensino da literatura no Príncipe, entre os quais as tipologias textuais adotadas no currículo e a respetiva disponibilidade no território. A opção por textos indisponíveis nas bibliotecas e no mercado, numa ilha onde não existe uma

livraria, deveria ser evitada. Seria positivo adotar medidas que promovessem a democracia cultural, inclusivamente no acesso aos materiais de ensino. Nos conteúdos estudados, tanto na ilha como globalmente, a opção por textos que promovam a paz revela-se particularmente relevante na contemporaneidade.

O Estado santomense, compósito em termos étnicos e em termos geográficos, precisa necessariamente de programas escolares que promovam a coesão nacional e unam os cidadãos em torno de valores e de uma cultura comum. Por essa razão, os programas de língua portuguesa são adotados a nível nacional. A promoção de culturas minoritárias pode fragmentar a coesão nacional. Existe, pois, uma tensão entre a promoção da cultura regional do Príncipe e a coesão nacional resultante de programas escolares que promovem valores nacionais, o que poderá justificar a inclusão do *Tchiloli* nos programas escolares e a exclusão do *Auto de Floripes*.

Volvidas cinco décadas desde a independência nacional (1975) e 30 anos desde o processo de autonomia da ilha do Príncipe (1995), a seleção de um *corpus* literário voltado para questões atuais poderá ajudar a posicionar os cidadãos do Príncipe como cidadãos globais. Globalmente, existe uma urgência de abordar nas escolas as questões prementes para a humanidade, como as alterações climáticas, a sustentabilidade dos recursos da Terra, entre outros temas urgentes. Esta questão colo-

ca-se, de resto, a propósito de São Tomé. Sendo as aulas de Língua Portuguesa um espaço de partilha de várias culturas, um programa que inclua a literatura nacional santomense, regional do Príncipe, a literatura portuguesa pela voz de autores contemporâneos e a literatura mundial, poderia ser uma forma de desenvolver nos alunos a consciência crítica intercultural e valores de cidadania global, por meio de conteúdos relevantes, contribuindo para a eclosão de uma nova identidade cultural, voltada para o futuro e para as oportunidades e desafios que se colocam atualmente à humanidade. Neste contexto, o ensino das Humanidades e a programação cultural são instrumentais na promoção da identidade insular e na coesão da população. É necessário ir além do pensamento binário que opõe nacional, regional; nacional, estrangeiro. Os desafios que se colocam atualmente necessitam de uma educação transformadora (ONU, 2023) a nível global. Os exemplos que dão Paulo Freire (1983) e Martha Nussbaum (2019) podem ser vias para uma educação transformadora.

Relativamente ao momento presente, a observação de páginas na internet permitiu inferir que a identidade da ilha se constrói com recurso ao património natural. Contudo, a população não parece destacar particularmente a riqueza natural como um forte elemento identitário. O rico património natural da ilha tem chamado a atenção de organizações não governamentais estrangeiras, que desenvolvem ações na ilha. Estas têm levado a cabo um tra-

balho de sensibilização da população dirigido à proteção da natureza, de forma a incutir nos ilhéus principenses o cuidado pela sua fauna e flora através de projetos diversos, tais como a proteção das tartarugas e das aves. Também as políticas de promoção do turismo sustentável incutem paulatinamente uma cultura de conservação da natureza na ilha. Uma maior consciência face ao património natural parece estar na génese de um crescente sentimento de orgulho e de unidade da comunidade em torno do património natural, que se torna mais premente desde que a ilha foi classificada como património da biosfera pela UNESCO em 2012. Por conseguinte, constata-se no presente uma certa consciência de que a identidade está a mudar. Há perdas. Há recursos culturais a desvanecer. Mas há ganhos. Há recursos identitários que parecem estar a emergir e a crescer. Uma consciência do património natural está eventualmente a afirmar-se na população, em resultado das ações das políticas públicas santomenses, das organizações não governamentais e das ações de responsabilidade social do sector privado que opera na ilha na área do turismo sustentável. O património natural poderá ter um forte potencial como política de identidade a definir pelo governo regional no futuro.

Quanto à questão «O que significa ser principense?», verificaram-se diferentes respostas. Para alguns participantes, significa ser descendente de principenses há algumas gerações. Estas respostas provêm sobretudo daqueles

que se consideram «genuínos», ou seja, os legítimos descendentes dos pioneiros da ocupação do território. A ilha do Príncipe, como muitos outros territórios que se situavam nas rotas económicas dos impérios europeus, foi povoada com habitantes de diferentes proveniências, pelo que poucos – ou mesmo nenhuns – são puramente autóctones. No caso da ilha, o território, a geografia, ainda são importantes fatores de pertença identitária, sobretudo quando os habitantes são oriundos de tão díspares origens.

No processo identitário do Príncipe, a língua desempenha um forte papel. Consciente de que o número de falantes do lung'ie, o crioulo autóctone do Príncipe, está a decrescer, o governo regional desenvolve ações de revitalização da língua, através da sua reintrodução no currículo escolar. Mas a razão de ser desta língua deixou de existir, na medida em que já não é, como outrora, uma forma de resistência e de proteção do *ingroup* dos falantes numa sociedade colonial e estratificada. Assim, a sua instrumentalização é agora questionada. A fecundidade deste recurso cultural está a esgotar-se e os incentivos ao seu renascimento são quiçá improdutivos, mesmo que na escola se façam tantos esforços para salvar este código. O latim, língua de elites, foi ensinado na Europa durante séculos, muito para além do tempo em que já falecera o último falante. Apesar de ser uma língua morta, manteve a sua riqueza longamente como recurso cultural profundamente fecundo. O lung'ie não

foi a língua das elites da ilha. Numa época em que a população se encontra em crescimento acentuado, com um aumento tendencial dos descendentes dos trabalhadores cabo-verdianos, que tornam o crioulo cabo-verdiano a língua maioritária no Príncipe, as jovens gerações de principenses tendem a não reconhecer o lung'ie como língua dos antepassados. O lung'ie não será nem língua da família, nem a antiga língua das elites e da alta cultura, como foi outrora o latim na Europa, para os jovens aprendentes deste idioma. A reintrodução do lung'ie encontra-se, pois, numa encruzilhada. O ensino do lung'ie passa por estratégias de literacia patrimonial adotadas regionalmente, mas a questão apresenta complexidades e desafios. Não apenas o ensino desta língua, mas também toda a educação, precisam de ser repensados. Como a ONU defende (2023), é necessário capacitar os alunos para viverem num mundo com grandes desafios no futuro, um porvir no qual a ação climática desempenha papel preponderante.

6. Conclusão

Numa sociedade que se revela compósita, como é a sociedade do Príncipe, a educação desempenha um papel fundamental para a construção de um tecido social mais forte, para a igualdade de género e para uma maior coesão social (ONU, 2023). As pessoas partilham um mesmo território, mas alguns aspetos fundamentais da identidade cultural, como

a língua e a religião, por exemplo, variam, o que é prejudicial para a coesão. A atuação do Estado é fulcral neste momento histórico. Através do conhecimento da própria História e tradições, fomentado por políticas públicas promovidas pelo Estado, poderá ser possível minimizar o eventual impacto da globalização e das diversas diplomacias públicas e culturais nesta comunidade insular, controlando e minimizando esse impacto.

A investigação permitiu concluir, em suma, que a população da ilha quer aprofundar o seu conhecimento sobre a sua cultura e está consciente de que está em curso uma mudança em alguns aspetos depauperadora para o seu património material e imaterial. Face a tamanhos desafios, o investimento numa educação transformadora torna-se particularmente premente, tal como, de resto, a ONU preconiza.

Bibliografia

- Adichie, Chimamanda Ngozi (2009). *The Danger of a Single Story. TED Talk, Radical Empathy in Multicultural Women's Fiction*, 125;
- Cuche, D. (1999). *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. Fim de Século Edições. Lisboa;
- Freire, P. (1983). *Pedagogia do oprimido*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro;
- IDN. (2014). *Referencial de educação para a Segurança, a Defesa e a Paz*. Ministério da Educação e Ciência. Lisboa;
- Jullien, F. (2016). *Il n'y a pas d'identité culturelle: Mais nous défendons les ressources d'une culture*. L'Herne. Paris;

- Ladson-Billings, G. (1995). Toward a Theory of Culturally Relevant Pedagogy. *American Educational Research Journal*, **32**, 3: 465-491;
- Lowenthal, D. (2007). Islands, Lovers, and Others. *Geographical Review*, **97**, 2: 202-229;
- Margarido, M.M. (1957). *Alto como o silêncio*. Europa-América. Lisboa;
- Mata, I. (2010). *Polifonias insulares. Cultura e literatura de São Tomé e Príncipe*. Colibri. Lisboa;
- Nussbaum, M. (2019). *Sem fins lucrativos: Por que a democracia precisa das Humanidades*. Edições 70. Lisboa;
- ONU. (2023). *Our Common Agenda Policy Brief 10: Transforming Education*. United Nations;
- Sen, A. (2007). *Identidade e violência: A ilusão do destino*. Tinta da China. Lisboa;
- Sequeira, R.M. (2013). A literatura na aula de língua estrangeira e a competência intercultural. *Revista de Estudos Literários*, **3**: 211-229;
- Trouillot, M.R. (2015). *Silencing the Past: Power and the Production of History*. Beacon Press. Boston;
- Teles, A. (2024). *Vozes educacionais e culturais da ilha do Príncipe. Uma reflexão sobre identidade(s)*. Tese de Doutoramento, Universidade Aberta. Lisboa;
- Vargas, C. (2022). *Governança da cultura*. Humus. Lisboa;
- Veiga, M. (1989). *O canto do Ossôbó*. Alac. Linda-a-Velha.